



FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA
CURSO: TURISMO

A IMPORTÂNCIA DO TOMBAMENTO DO CATETINHO PARA O TURISMO
CULTURAL EM BRASÍLIA

MARA PIZZOFERRATO DOS SANTOS PAIVA
RA:2032217/4

PROF. ORIENTADOR: ANNA MARIA FELIPIN RIGOBELLO

BRASÍLIA/DF, OUTUBRO DE 2006

MARA PIZZOFERRATO DOS SANTOS PAIVA

A IMPORTÂNCIA DO TOMBAMENTO DO CATETINHO PARA O TURISMO
CULTURAL EM BRASÍLIA

Monografia apresentada como um dos
requisitos para conclusão do curso de
Turismo do UniCEUB – Centro
Universitário de Brasília.

Prof(a). Orientador(a): Anna Maria
Felipin Rigobello

Brasília/DF, outubro de 2006

MARA PIZZOFERRATO DOS SANTOS PAIVA

A IMPORTÂNCIA DO TOMBAMENTO DO CATETINHO PARA O TURISMO
CULTURAL EM BRASÍLIA

Monografia apresentada como
um dos requisitos para
conclusão do curso de Turismo
do UniCEUB – Centro
Universitário de Brasília.

Prof(a). Orientador(a): Anna
Maria Felipin Rigobello

Banca examinadora:

Prof(a). Anna Maria Felipim Rigobello
Orientador(a)

Prof(a).
Examinador(a)

Prof(a).
Examinador(a)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus amados Tios, que sempre investiram em minha vida, sendo esse curso, mais um investimento. Agradeço pela oportunidade de me formar, e de ter todos esses anos o apoio que sempre precisei.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o amado da minha alma, pois sem o Seu amor, Sua força, e direção, não teria concluído mais um desafio em minha vida.

À minha mãe, pelo apoio, incentivo, e por suportar livros espalhados por toda a sala.

Ao meu esposo, por entender minha correria, stress, e por ser um grande incentivador em minha vida.

Ao meu bebê, por suportar junto comigo o cansaço, e horas na biblioteca.

À minha Pastora Célia, por entender a minha ausência nas reuniões.

À minha amiga Marcela, por me incentivar e me acalmar nas horas de desespero.

Às minhas discípulas amadas, Pedrina e Carla, por me ajudarem com livros que contribuíram para a realização deste trabalho.

À minha célula, por me apoiarem com orações.

Ao Tio Defina e Tia Junia, que me mantiveram na faculdade todos estes anos para a minha formação.

Á Pastora Raquel, por me motivar a entrar na faculdade e chegar até o final.

A todos os amigos que me apoiaram e acreditaram na realização desse trabalho.

As minhas amigas de faculdade, Emília e Mariá que me acompanharam todos esses anos, conseguindo vencer juntamente comigo mais uma etapa de nossas vidas.

À professora orientadora Anna Maria Felipin Rigobello, por sua paciência e principalmente ajuda, pois sem ela não teria conseguido realizar este trabalho.

EPÍGRAFE

“A energia aplicada na minha vida determina minha produtividade. O tipo de semente que semeio determina o tipo de colheita que ceifarei.”

(T.L.Osborn)

RESUMO

O presente estudo apresenta uma análise da importância do tombamento do Catetinho, o qual foi à primeira residência oficial do Presidente da República Juscelino Kubitschek chamado de “Palácio de Tábuas”. Hoje é considerado um dos pontos turísticos fundamentais na cidade de Brasília, dando início a História da cidade. Brasília, a qual foi inaugurada no dia 21 de abril de 1960, para atender as funções de Capital Federal, foi o primeiro bem arquitetônico contemporâneo a ser tombado pela Unesco. Hoje, é uma cidade muito procurada por visitantes de outros países, como também dentro do Brasil por ser a Capital Federal, com uma audaciosa arquitetura a qual fascina os visitantes por ser uma cidade moderna e planejada. A metodologia utilizada no estudo tem caráter indutivo, qualitativa e exploratória. O procedimento de coleta de dados para este estudo, caracterizou-se pela pesquisa bibliográfica, documental e uma pesquisa de campo, o qual se deu no próprio Catetinho. Mediante aos resultados de pesquisa, identificou-se que, realmente, o tombamento é importante e que a população tem consciência disso. Este trabalho pode contribuir para pesquisas futuras e como base de dados para estudos semelhantes.

Palavras-chave: Patrimônio, Tombamento, Catetinho.

ABSTRACT

The present study it presents an analysis of the importance of the falling of the Catetinho, which was the first official residence of the President of the Republic Juscelino Kubitschek called "Palace of Boards". Today it is one of the basic tourist points in the city of Brasília; it is considered the beginning history of the city. Brasília, which was inaugurated of day 21 of April of 1960 to take care of the functions of Federal Capital, it was the first architectural contemporary to be tumbled well by UNESCO. Today, the same one is visited by visitors of other countries, as well as inside of Brazil for being the Federal Capital, with an audacious architecture which fascinates the visitors for being a modern and planned city. The methodology used in the study has inductive character, qualitative and exploratória. The procedure of collection of data for this study, characterized for the bibliographical research, documentary and a field research, which gave in the proper Catetinho as well. The results of research, it was identified that really the falling is important and that the population has conscience of this. This work can contribute for future research and as database for similar studies.

Key – Words: Patrimony, Falling, Catetinho

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ilustração do Plano Piloto de Brasília.....	31
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
------------------------	-----------

CAPÍTULO I

1.1 Cultura.....	16
1.2 Patrimônio Histórico Cultural.....	18
1.3 Preservação.....	20
1.3.1 Tombamento.....	22
1.4 Turismo Cultural.....	27

CAPÍTULO II

2.1 História de Brasília.....	29
2.2 História do Catetinho.....	32

CAPÍTULO III

3.1 Análise dos Dados.....	35
----------------------------	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
----------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS.....	39
-------------------------	-----------

APÊNDICES

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Brasília por ser hoje uma cidade turística, considerada pela Unesco um marco da arquitetura e urbanismo, e por ser o primeiro bem contemporâneo considerado patrimônio da humanidade, oferece hoje atrações turísticas tanto para os cidadãos locais, como para os visitantes de outras localidades. O turismo é um fenômeno capaz de realizar um impacto na economia, é um meio de redistribuir a renda, gerar novos empregos, captar divisas, aumentar a arrecadação fiscal, promover o desenvolvimento regional, motivar novos investimentos com benefícios sociais, e incrementar outros setores econômicos (Oliveira, 2000.p.35).

De acordo com Oliveira (2000), o turismo é capaz de satisfazer as necessidades dos seres humanos em busca de horas de lazer, de ocupação do tempo livre e de aumento dos conhecimentos gerais.

Já o turismo cultural, segundo Silberbereg (apud PIRES, 2001, p.67), caracteriza-se como:

Visitas de pessoas de fora da comunidade receptora motivadas completamente ou em parte por interesses na oferta histórica artística, científica ou no estilo de vida, tradições da comunidade, religião, grupo ou instituição.

Entende-se então que o turismo cultural é feito por pessoas que desejam conhecer mais sobre a cultura, história, arte, etc, de um determinado lugar.

Para o turismo, é importante a existência e preservação de patrimônios, pois são esses a “representação do passado histórico e cultural de uma sociedade, herança familiar, bens culturais, etc.” Os quais serão as atrações de visitantes interessados em se conhecer a história”. (PINSKY, 2003, p. 13).

Com isso, para que um patrimônio seja preservado para gerações futuras, é necessário o tombamento, o qual é um meio de preservação. Fazendo-se o tombamento, o patrimônio não poderá ser demolido, e terá que ser mantido em suas formas originais.

Além do tombamento, será necessário, uma preservação diária a qual será feita por meio de manutenção, como foi o caso do Catetinho.

O Catetinho foi tombado a pedido de JK, mas foi preciso uma manutenção nas madeiras devido ao ataques de cupins, uma nova pintura, e também limpeza do próprio local.

O trabalho discorreu sobre a importância de um dos pontos turísticos mais importantes na Capital Federal, pois a primeira residência oficial do Presidente da República foi um marco para Brasília; ali surgiu a Capital brasileira do Século XX.

Mediante o que foi apresentado sobre a relevância do tombamento e do patrimônio histórico para a atividade turística, definiu-se como objetivo geral analisar a importância do tombamento do catetinho para o turismo em Brasília.

Para alcançar o objetivo principal, foram estabelecidos três objetivos secundários: reconhecer a História da primeira residência do Presidente JK, apresentar a importância do tombamento de um patrimônio, e analisar a importância do Catetinho para o turismo em Brasília.

Tais objetivos foram selecionados a partir de um problema de pesquisa que tinha como indagação: **qual a importância do tombamento de uma edificação para o turismo?**

Sendo assim, o tema despertou interesse porque o Catetinho é a base de onde tudo começou em Brasília, e por ser um patrimônio tombado pela Unesco, tem chamado a atenção de visitantes ao lugar.

Além disso, sendo patrimônio tombado a pedido do presidente JK, é até hoje um ponto turístico visitado por turistas interessados na História de Brasília, como foi mostrado na pesquisa realizada no “Palácio de Tábuas”. Todavia, não são todos que se interessam ou procuram visitar o Catetinho por ser um lugar distante, sua visitação também não é muito cogitada por turistas por não conhecerem a sua história.

O tombamento, junto com a preservação do local, guarda até hoje, o alicerce da construção de Brasília, o qual é um ponto turístico de grande valor para a Capital Federal. Este trabalho teve o intuito de reconhecer a sua História, e a sua importância para a cidade de Brasília, pois é um ponto turístico que até os dias de hoje guardam as memórias e lembranças de uma cidade edificada, e que foi desacreditada por muitos.

Para se alcançar os objetivos deste trabalho seguiu-se uma metodologia específica uma vez que uma pesquisa científica tem como propósito descobrir respostas e desvendar questões propostas. Segundo Minayo (1994), uma pesquisa

é a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. A fim de alcançar esses resultados, para o desenvolvimento deste trabalho foi utilizado um referencial teórico de acordo com as etapas da pesquisa, o qual abordará os elementos metodológicos adotados durante todo o processo de desenvolvimento do trabalho.

No que diz respeito ao método de abordagem, a pesquisa realizada tem caráter indutivo, pois nesse método, as conclusões são mais amplas, portanto, parece haver claro aprimoramento do conhecimento, e segundo Cruz e Ribeiro, (2003, p. 34), o argumento indutivo "baseia-se na generalização de propriedades comuns a certo número de casos, até agora observados, a todas as ocorrências de fatos similares que se verificarão no futuro".

Nesse trabalho, utilizou-se uma pesquisa qualitativa, a qual segundo Minayo (1994), responde a questões particulares. Essa pesquisa se preocupa, nas ciências sociais, como um nível de realidade, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos, e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

O tipo de pesquisa mais adequado para a realização deste trabalho, foi a de caráter exploratório, a qual é realizada através de levantamentos bibliográficos, e o seu alvo principal é a construção do projeto de investigação. (MINAYO, 1994).

No que se refere ao tipo de pesquisa quanto aos meios utilizados, adotou-se para este trabalho um estudo de caso, que segundo Yin, (2001, p.21) caracteriza-se como uma "forma de pesquisa que busca investigar um fenômeno dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre os fenômenos e o contexto não estão claramente definidos".

O objeto de estudo deste trabalho é definido pelo Catetinho, uma edificação importante para o turismo cultural na Cidade de Brasília. Para o embasamento teórico, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, onde segundo Cruz e Ribeiro, (2003, p12), uma pesquisa bibliográfica;

Pode visar um levantamento dos trabalhos realizados anteriormente sobre o mesmo tema estudado no momento, pode identificar e selecionar os métodos e técnicas a serem utilizados, além de fornecer subsídios para a redação da introdução e revisão da literatura do projeto ou trabalho.

Ou seja, uma pesquisa Bibliográfica é “baseada em materiais já publicados jornais, revistas, livros, redes eletrônicas, etc., que sejam de acesso ao interessado”. (VERGARA, 2003, p. 48). Portanto a pesquisa bibliográfica leva ao aprendizado sobre uma determinada área.

Ainda para o trabalho apresentado, por ter um caráter de pesquisa qualitativa, identificou-se uma população específica de pessoas que freqüentam a primeira residência do Presidente da República, o Catetinho.

Assim sendo pode-se dizer que a população desta pesquisa somou-se 05 (cinco) pessoas acima de 25 anos uma vez que Universo/ População pode ser considerado como “o conjunto de seres animados ou inanimados que contenham pelo menos uma característica em comum”. (MARCONI E LAKATOS, 1999, p.43). A escolha dessa faixa etária deu-se por entender que os conceitos sobre tombamento são aprimorados com a aquisição de conhecimento ao longo da vida do indivíduo.

Em relação ao procedimento de coleta de dados utilizados foram selecionados a pesquisa de campo, bibliográfica e documental. A pesquisa de campo foi realizada no Catetinho sendo que foi uma entrevista com o senhor Galileu Faustino e a senhora Marta, funcionários do mesmo, que responderam as perguntas necessárias. Além disso, foram entrevistados visitantes aleatórios que estavam no Catetinho no momento da realização da pesquisa. Outra pesquisa necessária, a documental, foi realizada no IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional), além da pesquisa Bibliográfica, onde se utilizou literatura específica sobre o tema proposto.

Devido à abordagem qualitativa, os dados coletados se caracterizam por um contato direto entre o pesquisador e a situação estudada, sendo desenvolvida através de uma entrevista semi-estruturada. (Cruz e Ribeiro, 2003, p. 18). Segundo as mesmas autoras (2003), a entrevista é utilizada quando se pretende atingir um número considerável de pessoas e contém um conjunto de questões formuladas pelo pesquisador. Assim, para se ter às informações desejadas, realizou-se uma coleta de informações através de entrevista semi-aberta, conduzida pela pesquisadora aos freqüentadores do Catetinho.

O trabalho é finalizado pela análise de dados, que de acordo com Minayo (1994), pode apontar três finalidades: estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa, responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-se

ao contexto cultural da qual faz parte. Sendo assim, a análise foi descrita conforme os dados obtidos e interpretados pela autora.

Para um melhor entendimento do tema de pesquisa, todos os dados seguiram um procedimento metodológico. Neste sentido, a pesquisa foi dividida em capítulos. Anterior a estes, a introdução aborda um apanhado geral sobre o desenvolvimento do tema de pesquisa realizado, bem como a metodologia utilizada. Logo após, no capítulo I, enfatiza-se a questão da cultura, abrangendo o conceito da mesma, o significado de Patrimônio Histórico Cultural, a importância de preservação, tombamento e conceitos dos mesmos. Num breve apanhado descreve-se sobre turismo cultural e seu significado o qual finaliza o capítulo I.

O capítulo II descreve a História de Brasília, focando desde a idéia de JK construí-la, até os dias de hoje, além disso, descreve a História da construção do Catetinho, que é o objeto de estudo de pesquisa.

O capítulo III apresenta a análise de dados a partir de uma entrevista realizada no Catetinho a 05(cinco) visitantes que contribuíram para a conclusão desse trabalho.

Por fim, as considerações finais têm como base todo o aporte teórico e também a análise dos dados colhidos mediante as entrevistas, sendo apresentadas críticas e sugestões da pesquisadora.

CAPÍTULO I

1.1- CULTURA

Cultura é uma palavra de origem latina e seu significado original está ligada às atividades agrícolas. Vem do verbo latino *colere*, que quer dizer cultivar. Pensadores romanos antigos ampliaram esse significado e o usaram para se referir ao refinamento pessoal, e isso está presente na expressão cultura da alma. Como sinônimo de refinamento, sofisticação pessoal, educação elaborada de uma pessoa, cultura foi usada constantemente desde então e o é até hoje. (SANTOS, 2000, p. 27).

O conceito de cultura adotado pela UNESCO (2006), refere-se:

À aquisição de formas diversas com o passar do tempo. Essa diversidade é apresentada na originalidade e na pluralidade de identidades existentes que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é tão necessária para o gênero humano, quanto à diversidade biológica o é para a natureza.

Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.

Pode-se dizer que cultura, é o fundamento da identidade, da energia e das idéias criativas dos povos, em toda sua diversidade. Ela é o fator de desenvolvimento e coexistência em todo o mundo. Assim, a UNESCO (2006) elabora e promove a aplicação de instrumentos normativos no âmbito cultural, além de desenvolver atividades para a salvaguarda do patrimônio cultural, a proteção e o estímulo da diversidade cultural.

Segundo Santos (2000), cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos. Cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam.

Entende-se então que cultura abrange, e inclui desde o modo de ser e de viver dos grupos sociais: a língua, as regras de convívio, o gosto, o que se come, o que se bebe, o que se vestem as crenças, etc., e tudo isso forma aquilo que é

próprio de um povo. Segundo Fernandes (1999), cultura é justamente aquilo que identifica os grupos, suas características próprias e comuns.

Segundo Educar (2006) é preciso distinguir dois planos no que se entende por cultura: a mesma tem sentido amplo e estrito. Considerada em sentido amplo, a cultura pode ser descrita como o conjunto dos modos de sentir, de agir e de pensar que exprimem as relações simbólicas dos humanos com a natureza, com o espaço, com o tempo, com o sagrado, com o divino e uns com os outros. Neste sentido, a maneira de construir uma casa, de cantar, de rezar, de dançar, de chorar, de vestir, de amar e de odiar, de encarar a infância, a velhice, a maturidade, etc., tudo isso costuma ser chamado de cultura. Ela é que constitui o mundo propriamente humano, isto é, o modo como às pessoas imprimem na realidade as suas idéias, sentimentos, esperanças, alegrias, tristezas, etc. Desta forma, todos são detentores de cultura, seja como reprodutor de idéias práticas, seja como reprodutores da cultura estabelecida.

Considerada em sentido estrito, a cultura vem a ser o conjunto de práticas e de idéias produzidas por grupos especializados em diferentes formas de manifestação cultural: as artes, as ciências, as técnicas, as filosofias. (EDUCAR, 2006)

É importante preservar e respeitar a especificidade de cada cultura enquanto assegura que ela preserva e respeita as especificidades de outras culturas, numa abordagem que as une e se estende para além delas em um mundo cada vez mais interativo e interdependente.

Sendo assim, segundo Sodré (1988, p. 04), o termo cultura pode ser entendido como:

[...] em sentido mais restrito, compreende-se sob o termo de cultura, o conjunto de formas da vida espiritual da sociedade, que nascem e de desenvolvem á base do modo de produção dos bens materiais historicamente determinados. Assim, entende-se por cultura o nível de desenvolvimento alcançado pela sociedade na instrução, na ciência, na literatura, na arte, na filosofia, na moral, etc., e as instituições correspondente.

A cultura é considerada um dos principais componentes da atividade turística em todo o mundo já que:

Faz uso de seus elementos como instrumento de apelo atrativo, podendo ser a música, a literatura, as artes plásticas e, principalmente, a arquitetura histórica, ou seja, é tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação, ou então de grupos no interior de uma sociedade. (SANTOS, 2000, p. 24).

Segundo a Unesco (2006), a cultura está presente em diversos segmentos da sociedade, inclusive no turismo, que motivado pela busca de informações de novos conhecimentos, abre perspectivas para a valorização e revitalização do patrimônio, o que possibilita uma busca das tradições e da redescoberta de bens culturais materiais e imateriais, ou seja, a cultura no turismo possibilita a compreensão de uma determinada sociedade quando abrange os costumes, tradição e identidade de um povo, pois faz uma ligação entre passado e presente.

Um exemplo disso é o Patrimônio cultural, que pode ser considerado uma base, para sociedade, na construção do presente a partir de um olhar ao passado. O que possibilita dizer que a cultura não se restringe a um povo ou a uma determinada época, ela transcende o tempo.

1.2 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL

Podemos entender que a palavra patrimônio pode obter sentidos diversos. Um destes é construído para ser “uma representação do passado histórico e cultural de uma sociedade; herança familiar, bens culturais. Tudo aquilo que uma sociedade trabalha e cuida que tem relação com sua identidade cultural”. (PINSKY, 2003, p. 13). Porém, a forma mais comum de se entendê-lo, é pelo “conjunto de bens que uma pessoa ou mesmo uma entidade possuem” (BARRETO, 2002, p.09).

Segundo o IPHAN (2006), patrimônio é o conjunto de bens culturais ou naturais, de reconhecido valor histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e ambiental para determinada localidade, região, país ou para a humanidade, e que ao ser protegido pelo tombamento, deve ser preservado para usufruto das atuais e futuras gerações.

Sendo assim, entende-se que patrimônio não é apenas a preservação de um local, ou seja, de um bem, mas também, o que ele representa para uma determinada sociedade, o que implica dizer que há um passado de história que possibilita que futuras gerações o conheçam.

Entende-se como conceito clássico de patrimônio “os bens culturais ou monumentos de excepcional valor histórico e artístico Nacional”, (PINSKY, 2003, p. 95).

De acordo com Barreto (2000), o patrimônio assim transformado em monumento passou a ser considerado um mediador entre passado e presente, uma âncora capaz de trazer uma sensação de continuidade em relação a um passado nacional, de ser um referencial capaz de permitir a identificação com uma nação.

Assim como a identidade de um indivíduo ou de uma família pode ser definida pela posse de objetos que foram herdados e que permanecem na família por várias gerações, também a identidade de uma nação pode ser definida pelos seus monumentos-aquele conjunto de bens culturais associados ao passado nacional. Esses bens constituem um tipo especial de propriedades a eles se atribui a capacidade de evocar o passado e desse modo, estabelecer uma ligação entre passado, presente e futuro. Em outras palavras, eles garantem a continuidade da nação no tempo. (GONÇALVES, apud BARRETO, 2003, p.10).

Para o conceito contemporâneo de monumento histórico entende-se que, em qualquer sociedade, esse é sempre produto de uma escolha e como toda escolha tem um caráter arbitrário. No entanto, esse bem da humanidade deve ser reconhecido pelos seus símbolos e importância para a sociedade, e assim, os símbolos precisam ser reconstruídos e interpretados pra aprendermos o seu significado (PINSKY, 2003, p. 96).

O patrimônio também pode ter o significado de valorização, segundo MURTA e ALBANO, (2002, p.13)

Valorizar tanto o visitante em conhecer, obtendo informações e representações que contenha a história e as características culturais e ambientais de um lugar. Como também o ato de apreciar o lugar visitado, valorizando o próprio patrimônio, fazendo-o uma atração turística.

Sendo assim, entende-se que a valorização se faz dos dois lados: tanto o visitante, que recebe conhecimento sobre a história do lugar visitado e suas características, como o próprio patrimônio visitado ao ser avaliado e considerado pelo apreciador.

Somente com a preservação, se conseguirá que um bem seja mantido até às gerações futuras, e será garantido que a cultura seja repassada de geração para geração.

3- PRESERVAÇÃO

Segundo Funari e Pinsky, (2003), o estabelecimento de um patrimônio cultural é importante, pois preserva os acontecimentos passados, as experiências vividas deixadas muitas vezes por materiais de cultura remanescente, como pinturas, fazendo assim com que os homens se lembrem e conheçam sua história. Por isso é fundamental que se preservem objetos, documentos, áreas naturais etc, para que a sociedade possa ter a oportunidade de conhecer e perceber a si própria. Sua história, sua identidade e sua cultura. (FUNARI; PINSKY, 2003).

O patrimônio possui uma importância fundamental no entendimento dos acontecimentos passados, segundo um mecanismo de informações que explica o passado e possibilita o entendimento de fenômenos atuais e futuros. Os bens quando transformados em patrimônios, deixam de ter apenas um valor local, e começam a ter um valor histórico, cultural, artístico, etc. Contudo, é de extrema importância que haja preservação desses, para que sejam transmitidos para outras gerações.

Segundo Funari e Pinsky, (2003), na França, durante o século XVIII, começaram-se a tomar as primeiras medidas de proteção aos monumentos ao quais tinham um valor para a história das nações, e era o poder público que se encarregava de tomar essas decisões. Com isso, o uso de “patrimônio” se estendeu para os bens protegidos por lei e pela ação de órgãos especialmente constituídos, nomeando assim o conjunto de bens culturais de uma Nação.

De acordo com os mesmos autores, (2003), em 30 de novembro de 1937, Vargas assinou o decreto-lei nº 25 que teve por base um anteprojeto de Mário de Andrade, criando o serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, primeiro órgão Federal dedicado à preservação). O artigo 1º do decreto-lei defendia este serviço como um “conjunto de bens móveis e imóveis cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu valor arquitetônico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. (DECRETO LEI 25,1937).

Segundo Funari e Pinsky, somente entre as décadas de 1930-1945, foi estabelecido no Brasil a preservação do patrimônio pelo decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933, consagrando Ouro Preto como “Monumento Nacional”, demonstrando o conhecimento sobre o potencial simbólico dos bens culturais.

Durante o Governo Castelo Branco, foi instituído o conselho Nacional de turismo e a Empresa Brasileira de turismo (EMBRATUR). Ambos tinham o foco nas atividades de turismo, e nas necessidades do desenvolvimento cultural e também econômico. (FUNARI E PINSKY, 2003, p. 19).

De acordo com o IPHAN (2006), toda e qualquer ação do Estado que vise conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma Nação, entende-se como preservação no Brasil. A tarefa de preservar as riquezas cabe ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vinculado ao Ministério da Cultura. Sua Abranjente missão de identificar, proteger, restaurar, documentar, preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros visa assegurar a permanência e usufruto desses bens para a atual, e futuras gerações. (IPHAN, 2006).

Lemos (1987, p.29) diz que:

Preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também, levantamentos, de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. E fazer levantamentos de construções, especialmente àquelas sabidamente condenadas ao desaparecimento decorrente da especulação imobiliária. Devemos, então, de qualquer maneira, garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural. Essa justificativa do “por que preservar”.

Segundo Camargo (2002, p. 82) “muitas vezes acontece à destruição de um patrimônio por causa de embate entre ideologias distintas que podem trazer a necessidade de fazer desaparecer monumentos que simbolizam os opositores a que se quer combater”. O autor cita ainda como exemplo, o acontecido em Nova York do dia 11 de setembro de 2001 quando as torres gêmeas, que eram o símbolo do poder econômico e financeiro dos EUA, foram destruídas.

Hoje a principal instituição mundial de preservação do patrimônio tanto natural como cultural é a UNESCO- *United Nation Educational Scientific and Cultural Organization* (Organização Educacional Científica e Cultural das Nações Unidas), sediado em Paris, responsável pelo patrimônio desde 1972, e a qual o Brasil é filiado. A entidade elabora e promove a aplicação de instrumentos normativos no âmbito cultural, além de desenvolver atividades para a salvaguarda do patrimônio

cultural, a proteção e o estímulo da diversidade cultural e o fomento do pluralismo e o diálogo entre as culturas e civilizações. (UNESCO, 2005).

De acordo com Camargo, (2003, p. 85) as duas principais personagens na construção e na política de preservação conduzida pelo IPHAN foram Rodrigo de Melo Franco Andrade, o diretor do órgão de 1938 até 1967, e Lúcio Costa, o arquiteto e urbanista criador do plano piloto de Brasília. Seu mérito foi ter dado valorização à produção barroca.

Hoje se entende que há várias formas de proteção do Patrimônio Histórico tais como: registros, inventários, e o principal deles, o tombamento.

De acordo com Pires, (2001) preservação é uma intervenção legal no bem histórico. Nesse sentido, pode ser considerado sinônimo de tombamento, pois o mesmo é uma forma de preservação de um bem, ou seja, aquilo que em princípio foi julgado importante a ponto de justificar sua permanência.

Entendemos também que preservação e restauração, preservam um bem de forma que mantenha sua integridade, mantendo “em pé” certa edificação, reestabelecendo suas características o mais próximo possível da obra original. A preservação visa afastar do bem tudo que possa de alguma maneira prejudicá-lo.

1.3.1 - TOMBAMENTO

Percebendo os problemas de depreciação nos patrimônios, a UNESCO encontrou na implantação do tombamento a medida legal para amenizar o problema. No Brasil, o decreto Lei nº 25 de 1937 (compromisso entre o direito individual do cidadão a propriedade e a necessidade de defesa do interesse público quanto à preservação e valores culturais), estabeleceu prioridade para remanescentes da arte colonial Brasileira e aos bens de arquitetura religiosa (já tinham como argumento o potencial turístico e o valor afetivo para a comunidade).

Segundo o IPHAN (2006), tomba é:

Ato administrativo realizado pelo poder público como o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica bens de valor histórico, cultural arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venha a ser destruídos ou descaracterizados.

O tombamento pode ser aplicado aos bens de natureza material, de interesse cultural ou ambiental, como edificações, objetos, núcleos urbanos, jardins e paisagens.

Segundo Telles (1992) tombar é proteger contra a destruição, abandono ou utilização inadequada. Podemos dizer que o tombamento equivale, igualmente a colocar sob o abrigo e a tutela pública os bens que, pelas suas características históricas, artísticas, naturais e arqueológicas, mereçam integrar o patrimônio cultural do país. Se tombar é inscrever, registrar, inventar, cadastrar, tombamento é a operação material da inscrição do bem. Pode-se dizer ainda que o tombamento não altera a propriedade de um bem, apenas proíbe que venha a ser destruído ou descaracterizado. Um bem tombado não necessita ser desapropriado. (IPHAN, 2006).

Entende-se então, que o tombamento é um meio de preservar um bem, mantendo suas características originais, não podendo ser demolido, ou descaracterizado, o que mantém a natureza material de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população.

Os bens móveis e imóveis de interesse cultural ou ambiental, que podem ser tombados são: Fotografias, Livros, Mobiliários, Utensílios, Obras de Arte, Edifícios, Ruas, Praças, Cidades, Regiões, Florestas, Cascatas, entre outros, somente é aplicado aos bens materiais de interesse para a preservação da memória coletiva. (DECRETO LEI 25,1937).

No entanto, a questão do tombamento é recente no Brasil, ou seja, não houve qualquer preocupação com a defesa do patrimônio histórico e artístico nacional, embora se registre um precedente, ainda no tempo colônia, em que “o primeiro ato protecionista, no Brasil, foi expedido pelo Vice-Rei, Conde das Galveias, ao Governador da capitania de Pernambuco, em 1742, visando à proteção de uma edificação integrante do patrimônio histórico brasileiro.” (LEMOS 1987, p.34).

Igualmente, a primeira constituição republicana não estabeleceu limitações ao direito de propriedade decorrente do tombamento. Somente a partir do Decreto 15.596 de 2 de agosto de 1992, criou-se o Museu Histórico Nacional, com a finalidade de recolher, classificar e expor ao público objetos de importância histórica, iniciando as medidas protecionistas do nosso patrimônio histórico e artístico. Seguem-se as leis 2.031 e 2.032, de 8 de agosto de 1972, regulamentadas pelo decreto 50339, de 6 de dezembro de 1927, do estado da Bahia, a lei 1.918, de 21 de

agosto de 1928, de Pernambuco, voltadas á preservação do patrimônio histórico. O Decreto Federal 22.928, de 12 de julho de 1933, erigindo em “monumento Nacional a cidade de Ouro Preto” e, também o Decreto Federal 24.735, de 14 de julho de 1934, dispondo que os imóveis classificados como Monumentos Nacionais não poderiam ser demolidos, reformado ou transformados sem a permissão e fiscalização. (TELLES, 1992, p.22)

Na verdade, foi em 1934 que as limitações do direito á propriedade, concernentes ao tombamento, passaram a incorporar definitivamente o texto constitucional (TELLES, 1992, p. 22). Entretanto, foi com a sanção da Lei n.378, de 13 de janeiro de 1937, que o órgão recebeu sua estrutura definitiva. Segundo Telles, essa lei que dava “nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública”, dispunha no seu art. 46: “fica criado o serviço do patrimônio histórico e artístico nacional, com a finalidade de promover em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional”. A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em abril de 1936, foi o passo decisivo (TELLES, 1992, p. 23), e segundo o mesmo autor a constituição de 1937 amplia ainda mais o alcance dessas limitações, prevendo no seu art. 137 que “os monumentos históricos, artísticos ou naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam de proteção e dos cuidados especiais da nação, do Estado e dos municípios” (TELLES, 1992, p. 24).

Com a criação do Decreto n.º.84.198, de 13 de novembro de 1979, “na estrutura do Ministério da Educação e Cultura, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por transformação do instituto do patrimônio histórico e artístico nacional”, o SPHAN dá lugar ao IPHAN, que é secretaria e não serviço, como poderia ser confundido, de vez que, originalmente, assim fora criado, pela lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937 (TELLES, 1992, p. 26).

De acordo com a legislação federal específica, ou seja, o Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937 (Presidência da República- subchefia para Assuntos Jurídicos, apostila), em seu art 4º, deixa evidente que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere à lei, sendo esses livros classificados em: livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e paisagístico, (coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular); livro do Tombo Histórico,

(coisas de interesse Histórico e as obras de arte histórica); o livro do Tombo das Belas Artes, (coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira). E , o livro do Tombo das Artes Aplicadas, (obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras) (DECRETO LEI 25, 1937).

Cabe a União e aos governos estaduais, por intermédio do IPHAN, ou a Administrações Municipais por meio de leis específicas ou legislação federal efetuarem um tombamento (IPHAN, 2006).

De acordo com Telles (1992), segundo a legislação em vigor, igualmente, podem ser objeto de tombamento tanto bens do domínio privado como do público. É certo que os bens públicos, uma vez tombados, continuam a guardar, também a mesma característica.

O processo de tombamento se dá primeiramente pelo pedido de abertura de processo, por iniciativa de qualquer cidadão ou instituição pública. após a avaliação técnica preliminar desse processo, é submetido à deliberação dos órgãos responsáveis pela preservação, aprovada a intenção de proteger um bem cultural ou natural, é expedida uma notificação ao seu proprietário, e, a partir desta, o bem já se encontra protegido legalmente, concluindo assim, o processo com a inscrição no Livro Tombo (ver ANEXO A) e comunicação formal aos proprietários (IPHAN, 2006). O processo total de tombamento leva em torno de um ano dependendo da importância do bem para formação do Patrimônio Histórico Cultural e do interesse da comunidade e do governo.

As razões históricas, artísticas, arqueológicas, etnográficas, bibliográficas ou paisagísticas, que envolve determinado bem deverão ser expostas evidenciando assim esse é suscetível de integrar o patrimônio nacional de acordo com o art 1º do Decreto-Lei 25/37.

De acordo com o art. 216, § 1º, “o poder público, com a colaboração da comunidade deve promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento contando também com a preservação” (DECRETO LEI 25, 1937).

O proprietário de imóveis situados em cidades consideradas patrimônio histórico e cultural, igualmente, são atingidos pelos ônus do tombamento. Realmente, é necessário ponderar que numa casa, por exemplo, edificada em outra cidade, que não tenha sido tombada poderá, sem maiores dificuldades, ser

demolida, reformada, mantida, de acordo com as posses e o interesse de seu proprietário (TELLES, 1992, p.99).

Entende-se então que o tombamento, como uma forma de preservação, não permitirá que o patrimônio tombado, seja destruído ou descaracterizado. Mas provavelmente encontrar-se-á o problema da mão-de-obra, que em muitos casos, os materiais necessários são diferentes dos usuais. Os seus componentes (ladrilhos, janelas, azulejos, madeiras), certamente, não se encontram á disposição, no depósito de materiais.

Segundo Telles (1992), foram criadas algumas sugestões objetivando melhorar as reformas que visam à manutenção do bem tombado. Sugeriu-se então a obrigatoriedade, para o poder público de proporcionar gratuitamente, mão-de-obra e materiais para reformas que visem manutenção do bem tombado.

Para ocorrer com as despesas, o poder público poderia associar-se a particulares, pessoas jurídicas nacionais, estrangeiras e internacionais, para obtenção de recursos destinados a constituição de um fundo especial de administração e fiscalização dos bens tombados. E poderia ser cobrado dos visitantes um preço ao se visitar os bens. (TELLES, 1992, p.101).

Foi sugerida também a isenção de todo tributo que venha a incidir sobre os mesmos, a concessão ou ampliação de benefícios fiscais a toda pessoa física ou jurídica que venha a colaborar de qualquer maneira com a preservação do patrimônio cultural. Gerando também uma permissão de maior flexibilidade quanto ao uso do bem tombado, se ele se localizar na área rural. Se isso não for possível a juízo de peritos, total ou parcialmente deveria o poder público desapropriá-lo imediatamente. (TELLES, 1992, p. 102)

Mediante a importância apresentada até o momento da preservação e do tombamento, e por Brasília ser uma cidade de importância histórica, alguns monumentos foram tombados pelo Governo Federal, por meio do IPHAN, como por exemplo: o Conjunto Urbanístico de Brasília, o Catetinho, a Placa em Homenagem a Ruy Barbosa e a Catedral Metropolitana de Brasília. (IPHAN, 2006).

Ainda segundo o IPHAN (2006), considera-se que o tombamento é a primeira ação a ser tomada para a preservação dos bens culturais, pois impede legalmente a sua destruição. Preserva-se não só a memória coletiva, mas todos os esforços e recursos investidos para a sua construção. A preservação deve estar aliada à conservação do bem, propiciando sua plena utilização.

Questões como essas serão evidenciadas no estudo sobre o Catetinho nos itens subseqüentes.

1.4 - TURISMO CULTURAL

Uma das principais motivações do turismo é conhecer a cultura, a história, manifestações artísticas, o artesanato, a gastronomia e os costumes dos povos. (CULTURA/MG).

Segundo Oliveira (2002), as características básicas ou fundamentais do turismo cultural não se expressam pela viagem em si, mas por suas motivações, cujos alicerces se situam na disposição e no esforço de conhecer, pesquisar e analisar dados, obras ou fatos, em suas variadas manifestações, como: representações religiosas, rotas, festivais de música, cinema e teatro, cavalcadas, exposições de arte, entre outras. De acordo com o mesmo autor, o turismo cultural pode ser praticado por professores, técnicos, pesquisadores, arqueólogos, cientistas, estudantes e turistas em busca de novos conhecimentos.

O turismo cultural, para Beni (2003), refere-se á influência de turistas a núcleos receptores que oferecem como produto essencial o legado histórico do homem em distintas épocas, representado a partir do patrimônio e do acervo cultural, encontrado nas ruínas, nos monumentos, nos museus e nas obras de arte.

Entende-se por patrimônio cultural toda a produção humana, de ordem emocional, intelectual, material e imaterial, independente de sua origem, época natureza ou aspecto formal, que propicie o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia (CULTURA/MG, 2006). De acordo com Cultura, (2006) esse conceito se conjuga com o próprio conceito de cultura, entendida como um sistema interdependente e ordenado de atividades humanas na sua dinâmica, em que não se separam as condições do meio ambiente daquelas do fazer do homem; em que não se deve privilegiar o produto, habitação, templo, artefato, dança, canto, palavra em detrimento das condições históricas, socioeconômico, étnico e ecológico em que tal produto se encontra inserido. (CULTURA/MG, 2006)

Na delimitação conceitual do turismo cultural, o termo *cultura* é natural, puro e amplo, pois abrange tanto a cultura própria do turista como o conjunto de hábitos,

idéias e criações que ele pode assimilar ou não, em seu contato com novas realidades e convivências diferentes. (SETUR/PR, 2006)

Segundo Camargo, (2002), a prática de o indivíduo deslocar-se de um local para outro motivado pela vontade e necessidade de enriquecimento cultural já existia em sociedades passadas, como por exemplo, na Inglaterra, após a Idade Média:

Realizar essas viagens conferia para os que se aventuravam status e reconhecimento, uma vez que, tendo viajado por cerca de aproximadamente 3 anos (tempo de duração do chamado *Grand Tour*), esses nobres adquiriam conhecimentos sobre lugares por onde haviam passado e seus respectivos povos, que os tornavam, após a viagem, aptos para assumir importantes papéis em seu local de origem. (CAMARGO, 2002, p.33)

Segundo Campos, consultora do Ministério do Turismo (MTUR), também acrescenta que o turismo cultural é uma via de valorização do patrimônio:

Além de proporcionar o conhecimento e o respeito ao patrimônio, já que só preservamos aquilo que conhecemos, cria-se a possibilidade de uma sustentabilidade econômica para preservação dos bens em questão, por meio de taxas pagas pelos turistas visitantes. (IPHAN, 2006)

Sendo assim, a capital do Brasil, Brasília, por ser um patrimônio tombado, há de se valorizar pelo turismo cultural, nas suas construções, suas características próprias, e pela sua própria história.

CAPÍTULO II

“... Como uma flor,
Naquela terra agreste e solitária,
Uma cidade erguida em plena solidão
do descampado,
Como uma mensagem permanente,
De graça e poesia,
“Aqui há invenção”. (Francisco
Viana, 200-).

2.1 – HISTÓRIA DE BRASÍLIA

Brasília, sendo um patrimônio histórico será trabalhada neste estudo, em que será descrita a sua História.

Segundo Oliveira (2005, p. 59):

a idéia de Juscelino Kubitschek transferir a Capital do Brasil da cidade do Rio de Janeiro para o Planalto Central, surgiu durante o Primeiro comício eleitoral da campanha presidencial, realizado em 4 de abril de 1955, na pequena cidade de Jataí, no interior de Goiás.

Juscelino Kubitschek é eleito Presidente da república em novembro de 1955 e em 2 de outubro de 1956, pela primeira vez, visita o Planalto Central, aterrissando em uma pista de pouso improvisada, no local onde está instalada hoje a Estação Rodoferroviária de Brasília. (CABRAL, 200-, p. 58).

A região onde seria construída Brasília estava distante dos principais centros do País, aumentando assim a imagem de impossibilidade de sua construção. Tal afirmação fica evidente no depoimento de Itamar Batista, que, segundo este pioneiro de Brasília, proveniente da antiga Capital do Brasil (Rio):

Os cariocas não acreditavam que a Capital seria transferida. Em parte esta incredulidade era um desejo inconsciente de que a transferência não ocorresse porque a cidade do Rio perderia o prestígio que a Capital do Brasil lhe conferia. Assim, eles julgaram o projeto absurdo, ainda mais pelo fato de a Capital ser transferida para um sertão tão distante como era o Estado de Goiás (VIANA, 200-).

Segundo Vasconcelos (1989), no início do Governo Kubitschek, o clima em torno da idéia de interiorização da Capital do Brasil para o Planalto goiano, era de descrença. Mesmo assim, JK realiza sua gestão, preparando, com prudência os caminhos para o grande objetivo nacional. Os administradores do Estado de Goiás faziam a sua parte na colaboração e desapropriava as terras que seriam destinadas à futura Capital do Brasil. (VASCONCELOS, 1989)

Segundo seus ideais, o presidente da República sanciona em 19 de setembro de 1956, a lei que dispunha sobre a mudança da Capital para o Planalto Central e cria a companhia organizadora, para a execução das obras. A lei sancionada recebe o número 2.874 (VASCONCELOS, 1989). E assim, Brasília, planejada por Lúcio Costa, e tendo Oscar Niemeyer como arquiteto, foi inaugurada no dia 21 de abril de 1960, para atender às funções de Capital Federal.

A nova Capital nasceu, portanto, de um gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse. Dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz. É o cruzamento do eixo monumental com o eixo rodoviário.

Hoje, Brasília é dividida em setores, cada qual para uso específico. De um lado e de outro do Eixo Rodoviário, a direita e a esquerda do Eixo Monumental, estão as quadras residenciais, a Asa Norte e a Asa Sul. Os blocos mais antigos possuem três pavimentos, e os mais novos, possuem seis pavimentos. Cada quadra tem apenas uma entrada e os blocos são cercados de amplas áreas verdes. Em algumas delas, há escolas, quadras de esportes, playground e posto de saúde.

Os blocos comerciais situam-se nas laterais de cada uma das quadras residenciais. Ao longo do Eixo Monumental, localiza-se de um lado e do outro, os setores hoteleiros, de diversões, comercial de autarquias, e nas extremidades das Asas Norte e Sul, estão os setores hospitalares.

Encontra-se paralelamente ao Eixo Rodoviário, o Setor de Embaixadas e à margem do Lago Paranoá, está os Setores de Clubes. Ao longo do Eixo Monumental avista-se o Fórum, e o Palácio do Buriti. Á leste desse eixo, situa-se a Esplanada dos Ministérios, o Palácio da Justiça e o Itamaraty. Atravessando a Esplanada, o Eixo Monumental alcança a Praça dos Três Poderes composta pelo executivo, o legislativo e o judiciário. Do cruzamento dos eixos, norte e sul surge a plataforma rodoviária, que é considerado um marco divisor entre as Asas Sul e Norte.

2.2 - HISTÓRIA DO CATETINHO

Um grupo de amigos de JK, ainda na cidade do Rio de Janeiro, resolveu erguer uma casa no descampado Planalto Central, para que o Presidente pudesse acompanhar mais de perto o andamento da construção de Brasília. Naquela noite, o arquiteto Oscar Niemeyer iniciou o projeto da primeira residência de Juscelino na nova Capital do País. (CABRAL, 200-). (ANEXO B).

O Catetinho 1¹ foi a primeira residência oficial do Presidente da República na nova Capital. Toda em madeira foi construída em dez dias para receber JK, durante a construção de Brasília. Vinte pessoas trabalhavam dezoito horas por dia para erguer o “Palácio de Tábuas”, que começou a ser levantado no dia dezessete de outubro, e terminou no dia 27 Do mesmo mês, porém, só foi inaugurado no dia 10 de novembro. (CABRAL, 200-, p. 24).

Segundo Vasconcelos (1989, p.72), quando o presidente se deparou com seu “palácio” edificado, manifestou o seu agrado dizendo:

Se meus amigos praticaram este milagre em tempo recorde, apenas com idealismo e sem recursos oficiais, porque não poderei construir a nova Capital, já que disponho, no Governo, de toda uma infra-estrutura administrativa e de recursos financeiros?

O Catetinho era um prédio simples, de madeira, pintada de azul e branco, tinha um andar erguido sobre pilotis (conjunto e colunas que sustentam uma edificação), todo avarandado com balcões de treliça. (ANEXO C). O quarto do presidente era uma suíte com vista para a mata. Havia uma sala para despachos e outra para o jantar. A residência foi planejada sem conforto ou honras oficiais, para que o presidente não se distanciasse dos trabalhadores, que viviam em barracos e tendas. (CABRAL, 200-).

Em 1959, a pedido do próprio Presidente Juscelino Kubistchek, o Catetinho foi tombado como Patrimônio Histórico Cultural de Brasília, pelo IPHAN, garantindo sua preservação até os dias atuais. (ANEXO D)

Segundo depoimento do próprio JK, “o Catetinho constituiu, pois, um símbolo. Foi ele a flama inspiradora que me ajudou a levar à frente, arrastando o pessimismo, a descrença e a oposição de milhões de pessoas, a idéia de transferência da sede do governo”. (CABRAL, 200-, p. 20).

¹ O nome vem de uma referência ao palácio do catete, a residência oficial no Rio de Janeiro, (CABRAL, 200-).

Durante a construção de Brasília, o Catetinho abrigou o Presidente da República, o presidente da companhia Novacap, Israel Pinheiro, e seus diretores e engenheiros. Em pouco tempo o “Palácio de Tábuas, conhecido como RP1 (Residência Presidencial 1), ficou pequeno para tanta gente. Foi então construído pelo engenheiro Juca Chaves a RP2, ou segundo Catetinho, a qual se considerava mais amplo e confortável. Foram hospedados no Catetinho 2, em 1957, diversas personalidades entre elas o presidente de Portugal, os embaixadores dos EUA, da França e de Portugal. (CÉSAR, 1983).

O Presidente JK, quando vinha acompanhado de visitantes ilustres, também se hospedava no Catetinho 2, mas ao chegar sozinho, se hospedava no primeiro Catetinho, homenageando os amigos pioneiros.

O RP2 2 tinha dois andares, varandas e treliças, quartos e banheiros amplos, linhas simples, típico de projetos de Niemeyer, e abrigou o presidente Juscelino Kubitschek durante 13 meses. Foi desmontado e entregue ao empreiteiro Sebastião Camargo logo depois da inauguração da nova capital, o qual recebeu a relíquia das mãos de Israel Pinheiro, braço direito de JK. Sebastião Camargo desmontou o prédio, levou para um terreno particular no Park Way e reergueu o monumento no quintal, porém, não cuidou da jóia projetada por Oscar Niemeyer, sendo que em 1985, Camargo vendeu o terreno, e o Palácio de Tábuas foi junto. (MAGNO, 2004).

Ainda segundo o autor (2004), o novo morador, um funcionário do Senado de nome Ítalo de Oliveira, derrubou o patrimônio e passou a usar os escombros para abrigar jumentos e galinhas e a madeira na construção de sua nova casa, na Quadra 26 do Park Way, na rodovia que liga Brasília a Belo Horizonte.

O Catetinho 2 acolheu o criador da nova capital de maio de 1957 até junho de 1958, mais tempo do que os cinco meses passados no Catetinho 1, que foi inaugurado em 1956, e situado até hoje no mesmo local, sendo hoje um museu. Já o catetinho 2, de acordo com as informações fornecidas por Marta, funcionária do catetinho, não passou pelo processo de preservação de um bem cultural, ou seja, não foi tombado, o que ocasionou com o tempo a sua destruição. Mesmo o catetinho 1 tornando-se um patrimônio histórico tombado a pedido de JK em 1950, precisou ser preservado, necessitando de reformas e manutenção.

Segundo Cabral (200-), durante a década de 1990, o Catetinho 1 sofreu o ataque de cupins e quase foi destruído. Com isso, Ernesto Silva, alertou a então Secretaria de Turismo do Distrito Federal, Maria de Lourdes Abadia, que se

sensibilizou pelo problema e tomou as medidas necessárias com a urgência exigida pelas circunstâncias. A secretaria solicitou a Universidade Federal do Rio de Janeiro um parecer técnico sobre sua situação. No diagnóstico, foi suposto que os cupins que o infestaram foram trazidos no próprio madeiramento utilizado na construção. Para enfrentarem os problemas de preservação do “Palácio de Tábuas”, os técnicos sugeriram a articulação de uma parceria entre a Secretaria de Turismo, O IPHAN, Ibama, e outros. Com o apoio da Fundação Roberto Marinho, o Catetinho foi restaurado por técnicos especializados e mantido as suas características originais. (CABRAL, 200-, p.1001).

De acordo com dados do IPHAN, nos últimos 40 anos o Poder Público não teve recursos nem estrutura para manter este patrimônio, que esteve praticamente destruído em 1995, com cerca de 70 por cento das suas paredes destruídas novamente pela ação do cupim. (ANEXO E).

Hoje, o Catetinho é um ponto turístico aberto para os visitantes e também para vários grupos de estudantes de todo o país que querem resgatar parte da história do Brasil durante o período Kubitschek. Visitar a edificação, trás também uma oportunidade de se conhecer ainda um recanto ecológico mantido até hoje inteiramente preservado: com uma fonte de água localizada na mata tropical, cercada de ipês, pequizeiros, jatobás, cedros, paineiras, buritis e sucupiras. Portanto, deve se incentivar o turista a reservar espaço em sua visita à capital para ir ao Catetinho, pois, além de ser um símbolo para os moradores, guarda a aventura da construção de Brasília. (SETUR, 2006).

CAPÍTULO III

3.1 – ANÁLISE DOS DADOS

Os dados apresentados a seguir foram obtidos por meio de uma entrevista a 05 (cinco) visitantes ao “Palácio de Tábuas”, mais conhecido como o Catetinho, no dia 29/ 09/2006, no período da manhã e serão descritos a partir da interpretação da pesquisadora. O objetivo desta pesquisa foi focar o entendimento dos entrevistados quanto ao significado de tombamento e sua importância para o catetinho.

De acordo com as 03 (três) entrevistadas, o que as levou a visitar o Catetinho, foi o ambiente natural, a vegetação do lugar, pois é arejado, de paisagem tranquila, ótimo para se fazer um piquenique junto à nascente de águas, e ao som dos pássaros. Elas também apreciam a História do nascimento de Brasília, sendo o Catetinho o melhor lugar de se rever onde tudo começou.

Já para os outros dois entrevistados, eles visitaram o local por curiosidade de ver a primeira residência do Presidente naquela época.

Para todos os entrevistados, entende-se que o tombamento é uma maneira de se preservar um bem, um meio de protegê-lo sem que o mesmo seja modificado, ou desfeito. Tal fato é importante, pois evidencia a conscientização da população e dos visitantes sobre a necessidade de se preservar a história para que as gerações futuras estabeleçam uma identidade com o local que vivem ou que visitam.

Sendo assim, todos entendem o conceito do tombamento, e concordam que este é essencial na preservação do patrimônio de Brasília.

O que mais chamou a atenção dos visitantes no Catetinho foi, segundo as mulheres, a nascente de água e a cozinha, pois, entende-se que é uma característica feminina, o interesse em observar lugares de uma casa, com objetos do passado. Além disso, a casa é ampla e arejada, com fogão de lenha, mesas compridas, detalhes que atualmente, não se encontram nas residências. De acordo com o interesse masculino, a observação foi em relação à penúltima sala, a qual é uma sala polêmica por causa dos dizeres nos jornais lançados naquela época tanto a favor de Brasília, como contra a cidade.

Em relação à utilização do Catetinho para o turismo em Brasília, todos alegaram ser muito importante, pois manteria viva a história de JK, de Brasília e

conservaria a simplicidade da época em que foi construído, sendo o marco da criação da Capital.

Entende-se que o tombamento é fundamental para se representar e guardar a história de um lugar, mantendo vivos os acontecimentos passados.

Atentando para a conservação do local, os entrevistados evidenciaram a necessidade de um maior investimento do Governo, construindo um jardim e replantando flores, para melhorar a paisagem do local.

Pelo fato do Catetinho ser um ponto fundamental na história de Brasília, com a sensibilização do Governo, poder-se - ia investir mais no turismo para chamar a atenção tanto da população local como dos visitantes, estimulando o desejo da visita.

De acordo com as respostas e análises apresentadas, a entrevista satisfaz este estudo de caso, enriquecendo o trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Brasília, por ser uma cidade turística que recebe uma grande demanda de visitantes, possui vários atrativos turísticos. O turismo cultural na cidade refere-se a influência de turistas a núcleos receptores que oferecem como produto essencial o legado histórico do homem em distintas épocas, representado a partir do patrimônio e do acervo cultural, nos monumentos, nos museus e nas obras de arte.

Esta monografia busca mostrar um pouco sobre a história do Catetinho, o qual é um patrimônio de reconhecido valor histórico, artístico, arquitetônico para a Capital Federal e que ao ser protegido pelo tombamento pode ser usufruído pela geração atual e futura. Sendo o foco principal deste trabalho analisar a importância do tombamento do Catetinho para o turismo em Brasília, considera-se que esse ponto turístico verdadeiramente é importante para a capital. E de acordo com os entrevistados, chegou-se a conclusão que graças ao tombamento, ainda se guarda a história da Capital Federal.

Contudo, é de extrema importância que haja preservação dos patrimônios, para que esses sejam transmitidos para outras gerações. Como é o caso do Catetinho, que mesmo tombado, precisa ser preservado, e requer uma manutenção no local, para que o tempo não venha destruí-lo.

Mediante tudo o que foi exposto no referencial teórico, e posterior à análise dos dados em que se constatou que os visitantes se preocupam com a história de Brasília e com sua preservação, apresenta-se algumas sugestões para que o Catetinho seja melhor preservado e desperte o interesse de sua visitação tanto na população local como nos visitantes.

Com isso, o planejamento urbanístico, em todos os seus níveis deveria preocupar-se com a preservação dos bens tombados, além da revisão das leis sobre o assunto. O Código Penal deveria ser reformulado punindo severamente os infratores das normas pertinentes ao tombamento, principalmente aos vândalos, e as pessoas que atentam contra a integridade do patrimônio cultural.

O Poder Público deveria, por meio de todos os meios de comunicação, nas escolas, exposições, cursos, sensibilizar a população para a importância de um conteúdo que valorize a edificação patrimonial.

Essas e muitas outras providências representam o ponto de partida, para a realização da tarefa de preservação do patrimônio cultural, possibilitando ainda, se

adotadas, a referente repartição dos ônus sociais entre a coletividade e o proprietário do bem tombado.

Em relação à pesquisa realizada, foram encontradas algumas dificuldades como o fornecimento de informações em documentos ou livros sobre a história e a destruição do Catetinho 2, o qual não foi tombado. O Catetinho 2 foi uma peça fundamental na construção de Brasília, tanto como o Catetinho 1, mas as informações colhidas sobre o mesmo, só se deu através dos funcionários do Catetinho 1, que conhecem toda a sua história.

Todavia, sugere-se que a história do segundo Catetinho, seja documentada, para facilitar nas pesquisas futuras.

Tendo como base todo o exposto nos capítulos deste estudo, este trabalho poderá contribuir para pesquisas futuras e que necessitem de base de dados semelhantes às informações apresentadas.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, M. **Turismo e legado cultural**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2002.
- BENI, C, M. **Análise Estrutural do Turismo**. 9. ed. São Paulo: Senac, 2003.
- CABRAL. **Catetinho o Palácio de Tábuas**, 200-.
- CAMARGO, H. L. **Coleção ABC do turismo: Patrimônio Histórico e Cultural**. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2002.
- CORREIO BRAZILIENGE TV. Revista Brasília 40 anos, **uma história que continua sendo escrita**. Brasília, 2000.
- CRUZ, C; RIBEIRO, U. **Metodologia Científica: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Axcel books, 2003.
- FUNARI, P. P; PINSKY, J (orgs). **Turismo e Patrimônio Cultural**. 3 ed. São Paulo: contexto, 2003.
- LEMO, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MAGNO. A. B. **correio brasilienze**, 2004.
- MURTA, S. M.; ALBANO, C. **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: UFMG; Território Brasilis, 2002.
- MYNAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- OLIVEIRA, M de. **Brasília: o mito na trajetória da nação**. Brasília: Paralelo, 2005.
- PIRES, M. J. **Lazer e turismo cultural**. São Paulo, Manole, 1º ed. 2001.
- SANTOS, J.L. O que é Cultura. 16 ed. São Paulo. Brasiliense, 1996.
- SODRÉ, N. W. **Síntese da historia da cultura brasileira**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1988.
- TELLES, A. A. Q. **Tombamento e seu regime jurídico**. São Paulo, revista dos tribunais, 1992.
- VASCONCELOS, José Adirson. **A epopéia da construção de Brasília**. Brasília, 1989

VANNUCCHI, A. **Cultura Brasileira**: o que é, como se faz. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2000

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VIANA, F. **Brasília a capital do século 21: edição histórica, uma biografia poética**, São Paulo: Três, [200-].

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

SITE

ESCOLA de Educação Básica- uma. Escola de idéias. Disponível em: http://www.educar-se.unisc.br/proposta_pedagogica.htm. 2006. Acesso em ago.2006.

GOVERNO do Distrito Federal-SETUR/DF. Disponível em: www.setur.df.gov.br/sites/100/135/sistema/00301001.asp?ttSEMENTE=1254587. Acesso em set.2006.

LIMA, Evelyn. F. w. **Preservação do patrimônio**: uma análise das práticas adotadas no centro do Rio de Janeiro, revista. Eletrônica do IPHAN, Disponível em: www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=120. Acesso em ago.2006.

MARIUZZO, Patrícia. **Tombamento não é sinônimo de prejuízo**. Disponível em: www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=106. Acesso em set.2006.

SITE, da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. Disponível em: www.cultura.mg.gov.br/?task=interna&sec=3&con=368 - 35k. Acesso em set.2006.

UNESCO. Disponível em www.unesco.org.br. Acesso em set.2006.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

PERGUNTAS

- 1- O que o levou a visitar o Catetinho?
- 2- O que o SR (a) entende sobre tombamento?
- 3- Para o SR (a) qual a importância do tombamento do Catetinho?
- 4- Em sua opinião, como está a conservação do local e o que pode ser feito para melhorar?
- 5- O que mais te chamou a atenção na visita ao Catetinho?
- 6- Como o SR (a) vê a importância do Catetinho para o turismo em Brasília?

ANEXO A**EXEMPLO DE TERMO DE ABERTURA DO LIVRO DE TOMBO****Termo de Abertura**

Servirá este livro para a inscrição das coisas a que se refere o artigo _____, alínea do Decreto-Lei no. _____, de _____ de _____ de _____ até que sejam prescritos por Lei o formato e os requisitos especiais dos livros do tomo. _____A_____, sede do _____B_____ em, _____C_____ de _____ de _____.

Assinatura**Legenda:**

A - Nome do município.

B - Nome do órgão responsável pelo tombamento.

C - Data do termo de abertura.

D - Assinatura do responsável pelo órgão.

ANEXO B